

Entrevista com o presidente Paulo Dimas

JUSTIÇA

Somos
todos
TJSP

Produtividade e
compromisso
público

Biênio
2016/17
Edição especial





3 *Editorial*

O desafio de seguir em frente

5 *O Judiciário paulista*

Conquista de mais produtividade

Redução de processos em trâmite

Inovações e resultados na 2ª instância

Combate à violência contra a mulher

Eficiência premiada

Ideias para o presente e futuro

Ações pelos direitos da primeira infância

Novas oportunidades para debates

19 *Os magistrados e servidores, a memória e a cultura*

Sustentabilidade e economia no Judiciário

A Corte, a cidade e a História

Em prol do servidor

27 *O Compromisso social*

A arma contra o abuso é a denúncia

Gaorp: cooperação e humanismo

Semeando as sementes do amor

Adoção tardia: amor que não se mede

Oficina de Parentalidade: reconstrução de laços

33 *A comunicação*

Há razões para acreditar

TJSP-TV a TV corporativa do Tribunal

36 *Entrevista - Presidente Paulo Dimas*

41 *O futuro*

Eleitos para o Conselho Superior da Magistratura - 2018/2019

30 *Conselho Superior da Magistratura - 2016/2017*

O desafio de seguir em frente

If I ever lose my faith in you/ There'd be nothing left for me to do (Se eu alguma vez perder minha fé em você/ Não haveria nada para eu fazer). Estes versos, extraídos da canção vencedora do Grammy Award de 1993, gravada pelo cantor pop Sting, bem representam o espírito deste biênio 2016/2017 que ora se encerra.

Para o desafio de gerir a maior e a mais exigida seção do Poder Judiciário nacional, com seus impressionantes dados estatísticos de movimentação, encontrei resposta na união de todos, num esforço comum para aprimorar a eficiência do Judiciário Bandeirante.

Durante esses dois anos, não perdi a fé em que

esse espírito de união se mantivesse sempre presente, em prol do desenvolvimento de novas práticas de governança e de gestão.

Contei, certamente, com a força de 2.530 magistrados e mais de 43 mil servidores para dar conta do aumento do número de casos novos distribuídos e, ao mesmo tempo, reduzir o número de processos ainda em trâmite.

Mas estes números não decorrem do acaso. O avanço na redução de estoque de processos está relacionado à adoção de soluções inovadoras em processos de trabalho, adequando os ofícios judiciais à realidade do processo digital.

É o caso da expansão das Unidades de Processamento Judicial – UPJ's, cuja estrutura

tem propiciado nova divisão de tarefas e a melhor distribuição dos profissionais e do espaço físico. Na mesma toada, o programa Justiça Bandeirante passou a fazer parte do cotidiano de magistrados e servidores, concorrendo para facilitar as tarefas diárias por meio da otimização dos recursos e funcionalidades disponibilidades pelo SAJ.

O investimento nessas soluções foi alavancado por um programa de grande sucesso: o Judiciário Eficiente. Já em franco funcionamento, o eixo judicial do programa tem estimulado a produtividade das unidades judiciais de 1º grau, mediante a entrega semestral de selos para as melhores performances. Em novembro,



sexual nos transportes”, “Apadrinhamento afetivo” e “Adoção é amor sem limite de idade”.

A expansão das atividades do Museu do Tribunal de Justiça com o Projeto Quintas Musicais, bem como a realização por esta Presidência das exposições “Do Papel à Era Digital” e “Condenados ou Absolvidos” trouxe à tona um novo olhar sobre nossa atividade-fim, explorando o papel transformador do Judiciário ao longo da história.

Destaca-se, ainda, a parceria da CAPS com a EJUS na realização de diversas palestras voltadas à formação, motivação e qualidade de vida dos servidores, assim como o desenvolvimento dos meios de comunicação, como a TJSP-TV e o Canal Direto com o Presidente.

Agradeço a perseverança e criatividade de todos os que colaboraram nessa empreitada e desejo sucesso à nova gestão.

#somosTJSP
Forte abraço,
Paulo Dimas

realizamos a entrega dos prêmios da primeira edição do programa, quando pudemos confraternizar e reconhecer o trabalho e a dedicação de magistrados e servidores.

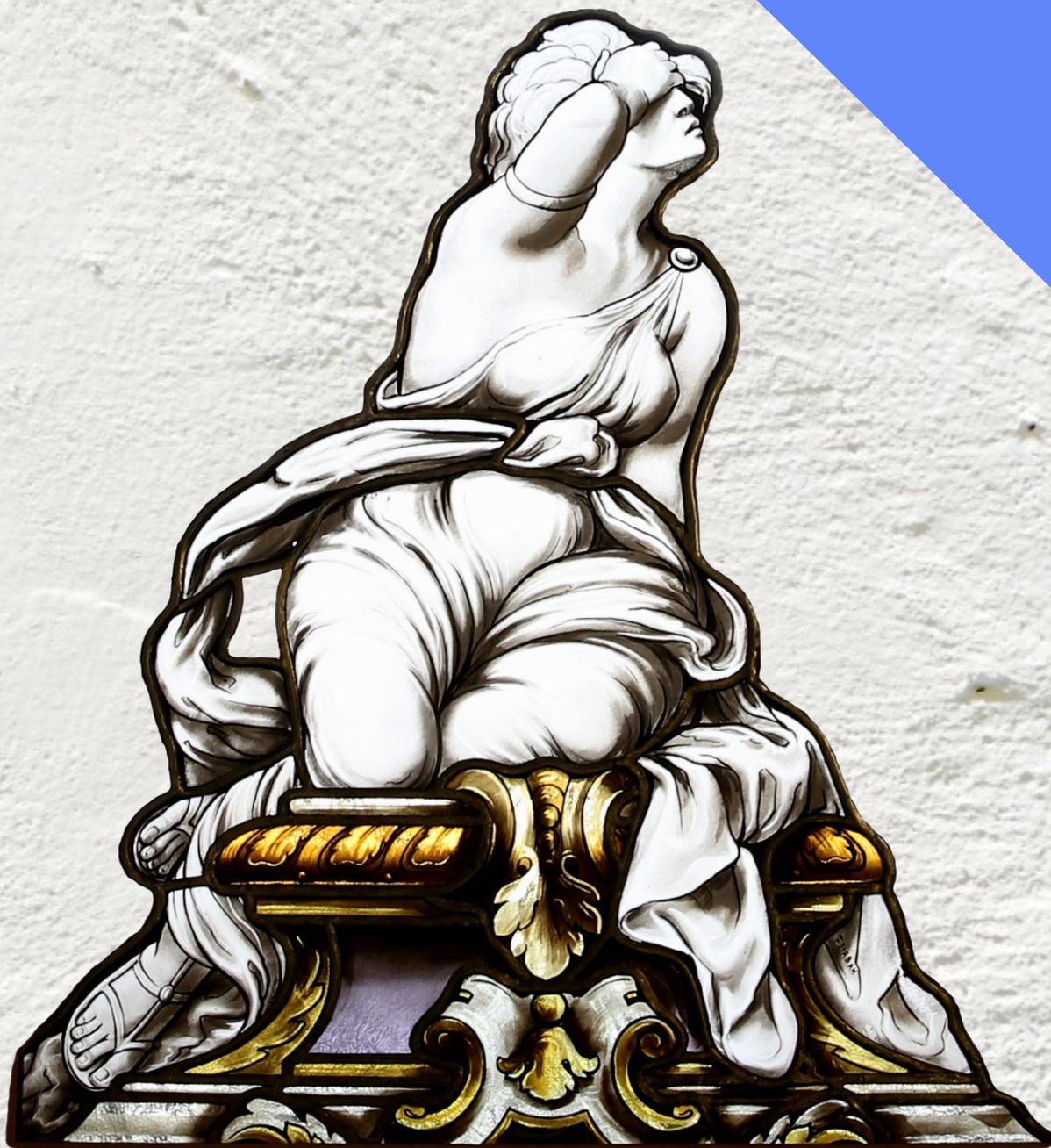
Outra iniciativa importante foi a reativação da UGP – Unidade de Gerenciamento de Projetos, cujo papel é concentrar os projetos do Tribunal, priorizando as ações de maior impacto na administração do Judiciário paulista e viabilizando o constante acompanhamento de sua execução.

Não podemos nos esquecer, ainda, do sucesso

do TJ Sustentável, programa que ficou entre os três finalistas do XV Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, seguindo com o seu escopo de sensibilizar magistrados e servidores para o uso consciente dos recursos disponíveis.

Para além dos dados estatísticos, tivemos as ações e projetos que situaram a Corte Bandeirante na agenda dos principais debates socioeconômicos e culturais do país. Foi o que aconteceu com as campanhas “Razões para Acreditar”, “Juntos podemos parar o abuso

O Judiciário paulista



Conquista de mais produtividade

A busca de otimização na prestação jurisdicional foi uma das prioridades da atual gestão da Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo. A principal iniciativa adotada nesse sentido foi o **Projeto Justiça Bandeirante**, um programa de ações que busca proporcionar a utilização integral das funcionalidades do Sistema de Automação da Justiça (SAJ), nas unidades do TJSP, focando na gestão por eficiência e no total aproveitamento dos recursos tecnológicos disponíveis. O SAJ é o sistema responsável pela informatização, gestão de informações do Judiciário e automação de rotinas cartorárias.

Em março do ano passado, o TJSP iniciou esse audacioso projeto de capacitação de servidores e magistrados. O objetivo era oferecer informações e treinamento para a completa utilização das ferramentas disponíveis no Sistema de Automação do Judiciário e, dessa forma, facilitar o dia a dia de trabalho, com aumento da produtividade

A revista Justiça Bandeirante, publicada em novembro deste ano, produzida em parceria com a empresa Sopftplan, trouxe os resultados

do projeto, que comprovam a efetividade do trabalho:

- 40% do aumento de produtividade;
- 24% de aumento nas movimentações processuais/mês;
- 30 mil pessoas capacitadas, nas 10 Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs);
- 571 boas práticas disseminadas;
- 47,5 mil modelos de grupos gerados no sistema após o treinamento;
- 97% de aprovação dos treinamentos pelos participantes.

O presidente do TJSP, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, destaca que a Presidência e o Comitê Gestor do projeto estiveram unidos, sempre pensando na valorização dos servidores e magistrados e no interesse público. “Foi um trabalho gigante, de guerreiros e heróis, com foco na capacitação para o pleno uso do sistema informatizado, que é bastante avançado.”

O desembargador Luis Soares de Mello Neto, coordenador da Comissão de Assuntos para Informática, cumprimenta o presidente Paulo Dimas por acreditar na iniciativa e parabeniza todos os envolvidos na empreitada. “O Tribunal de Justiça enrijeceu, não

no sentido de tornar-se estagnado e resistente, mas no significado literal da palavra, tornando-se mais forte, ante o desenvolvimento e atualização profissional de seus servidores, que passaram a analisar as atividades cotidianas de forma crítica, fomentando e disseminando o saber”, diz.

A secretária de Tecnologia da Informação do Tribunal, Rosely Padilha de Sousa Castilho, fala com alegria sobre os resultados. “Ficamos surpresos positivamente com nossas conquistas. Isso foi possível graças ao apoio do Conselho Superior da





Workshop realizado na 7ª Região Administrativa Judiciária (RAJ) - Santos, na primeira fase do Projeto Justiça Bandeirante

Magistratura, ao engajamento de todos que participaram dos treinamentos e à dedicação da equipe do Justiça Bandeirante.”

Na primeira fase do Justiça Bandeirante, cada uma das dez Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs) sediou workshops em que grupos de servidores discutiram e apresentaram dúvidas e propostas para a plena aplicação dos recursos, funcionalidades e automação de rotinas cartorárias do SAJ. Mais de 4,8 mil servidores de todo o Estado receberam capacitação e compartilharam suas melhores práticas com a equipe do projeto.

O conhecimento adquirido foi processado e formatado para disseminação entre os mais de 40 mil servidores, na segunda fase do programa.

As dúvidas que se apresentaram mais pontuais, em cada região, foram dirimidas por meio de boletim informativo, disponibilizado em até um mês após a realização do encontro, com repostas sistêmicas, dando o passo a passo de como utilizar o SAJ nesses casos. O boletim foi feito em conjunto pela STI e a Diretoria de Comunicação do Tribunal e disponibilizado na intranet para todo o Estado.

Outra iniciativa do projeto foi o levantamento de produtividade realizado em cartórios piloto, por meio de medições de suas atividades. Foram aferidos tempos de execução necessários para elaboração de cada tarefa. Esses dados, além de servirem de parâmetros para a capacitação de funcionários, também ajudaram na identificação de problemas e apontaram soluções para a utilização em 100% da funcionalidade do SAJ. “Realizamos estudos com medição de tempo de execução, criação e aferição de indicadores, que foram utilizados para nortear o trabalho nas demais

unidades do Tribunal,” afirma Ana Lúcia da Costa Negreiros, diretora de Departamento da STI 8. Foram eleitos como cartórios piloto as Unidades de Processamento Judicial - UPJs de Santo Amaro e do Fórum João Mendes Júnior, 2ª Vara Criminal de Ribeirão Preto e a 15ª Vara Cível de São Paulo.

“O uso da tecnologia aliado ao aprimoramento da capacitação dos servidores do Judiciário paulista proporciona aumento da

que todos possamos extrair ao máximo os recursos já disponíveis dos nossos sistemas informatizados,” avalia o juiz assessor da Presidência para assuntos de Informática, Tom Alexandre Brandão.

A segunda fase do Justiça Bandeirante iniciou em setembro de 2016, em um evento na Escola Paulista da Magistratura (EPM), com a participação de servidores da Secretaria Judiciária e da Segunda Instância. No mês seguinte, foram

Além do feedback da primeira fase, o Justiça Bandeirante inovou com o workshop de conscientização sobre Segurança da Informação (SI) e o lançamento do Projeto InfraJus, com a finalidade de realizar levantamento das estruturas e tecnologias que suportam o Sistema SAJ, os serviços de TI, os usuários e sua conectividade, a fim de verificar as possíveis causas de lentidões temporais e buscar uma performance com mais



Funcionários apontam sugestões no workshop realizado na 7ª RAJ - Santos



Treinamento com Coordenadores e sup

produtividade e uma prestação jurisdicional mais célere. A informatização promove a desburocratização de uma série de rotinas que, até então, eram feitas manualmente. Com isso, há a liberação de recursos humanos nos cartórios para a realização de tarefas intelectuais. Os servidores passam a pensar o processo, o que certamente eleva a qualidade e a celeridade da prestação jurisdicional. Foi um grande mérito do presidente Paulo Dimas identificar a necessidade de capacitação de servidores e magistrados para

iniciados seminários que foram ministrados nas dez RAJs. O seminário inaugural ocorreu na 6ª RAJ, com sede em Ribeirão Preto. Os encontros duraram uma semana e focaram grupos e competências definidas como Cejusc, Colégio Recursal, áreas cível e criminal, gestores de unidades judiciais, distribuidores, administrações dos prédios e oficiais de Justiça. Foi a primeira vez na história do TJSP que os oficiais se encontraram para trocar informações, aprender e ensinar, sugerir e investir na melhoria da prestação jurisdicional.

velocidade e fluidez no uso do SAJ e demais soluções tecnológicas.

A campanha itinerante sobre Segurança da Informação acompanhou a segunda fase do Justiça Bandeirante no intuito de conscientizar os servidores sobre boas práticas de segurança, com dicas de uso adequado das ferramentas digitais.

Ao longo da segunda fase foram realizados vários cursos, entre eles os destinados a servidores das Varas das Execuções Penais – que passaram a operar, além do sistema SIVEC já utilizado,

o SAJPG5; para servidores das Seções Administrativas de Distribuição de Mandados (SADM); além do curso para implantação da Unidade de Processamento Judicial – UPJ – 1ª a 6ª Varas Cíveis do Foro Regional do Jabaquara, ministrado para magistrados e servidores que atuam naquele local. O curso teve como objetivo a capacitação teórica e prática sobre as mudanças necessárias para a

relevantes sobre o uso do SAJ, desenvolvidas em linguagem próxima da realidade dos servidores para proporcionar maior domínio da ferramenta de trabalho. Aulas temáticas, treinamentos presenciais e a distância, material de apoio como apostilas e vídeos tutoriais também foram usados para aprimorar o uso do sistemaSAJ.

Serão disponibilizados vídeo-aulas aos servidores do Decrim e também sobre o AR Digital.

(Primeira Instância), Rosely Castilho (Tecnologia da Informação) e Elaine Ruy (Judiciária); a diretora da STI Ana Lucia da Costa Negreiros; e os servidores Aline Russo, Carlos Darwin de Mattos, Maria Cristina Bobadilla, Luciana Pires Zavala, Clóvis Ribeiro da Cruz, Aline Regina Russo, Daniela de Siqueira, Daniela Teixeira, Patricia Luciana Egea, Gianfrancesco dos Santos Chirieleison, Luiz Carlos Garcia Cardoso, Maria Cristina Rabelo de Carvalho, Rafael Bressane



servidores das RAJs



Equipe de treinamento da primeira fase do Projeto Justiça Bandeirante, integrante do Comitê Gestor.

implementação da nova unidade de processamento judicial, conhecida como “Cartório do Futuro”.

Apesar da conclusão do Justiça Bandeirante, o trabalho de treinamento na área de Informática terá continuidade por meio da Diretoria de Capacitação de Sistemas, ligada à Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP.

Um novo conceito de qualificação foi construído a partir do projeto, com destaque para as “pílulas de conhecimento”, que são peças educacionais de curtíssima duração com informações pontuais e

Foram os primeiros cursos usando a ferramenta moodle. A ideia é buscar a melhor forma de executar as tarefas forenses tendo como base a produtividade com menos esforço, deixando o SAJ “trabalhar” para o funcionário.

Integraram o Comitê Gestor do Justiça Bandeirante os juízes assessores da Presidência do TJSP Aléssio Martins Gonçalves e Tom Alexandre Brandão; os juízes assessores da Corregedoria Airton Pinheiro de Castro e Rodrigo Marzola Colombini; os secretários do TJSP Pedro Cristóvão Pinto

de Oliveira, Rafael Miani Masiero e Rodrigo Andrade de Oliveira.

Trabalharam como supervisores do projeto nas Regiões Administrativas Judiciárias os servidores Rafael Mota de Lima (1ª RAJ), George Luiz Alves Mendonça (2ª RAJ), Marcelo Mattano de Lima (3ª RAJ), Fernando Matheus Duarte Casarotti (4ª RAJ), Rosa Maria Silva Paes Oliveira (5ª RAJ), Celene Patricia Silva Conceição (6ª RAJ), Alessandra Afonso Alvarez (7ª RAJ), Daniel Durante Rodrigues (8ª RAJ), Jader Alves Rosa (9ª RAJ) e Flavia Andrea Moraes Brandão Massuia (10ª RAJ). ■

Redução de processos em trâmite

e mais boas notícias na 1º instância

Neste ano, os dados de movimentação judiciária apontam que houve aumento no número de casos novos distribuídos e, não obstante, redução do estoque de processos ainda em trâmite. A partir dos índices verificados entre janeiro e setembro, pode-se estimar que essa diminuição chegará, no final do ano, a **mais de 260 mil processos** – número maior do que a população de um município do porte de São Carlos, o trigésimo primeiro maior do Estado. Observa-se que o aumento da demanda tem sido **superado** por aumentos no conjunto dos indicativos de produção – resultando em **redução dos índices de congestionamento**. Mantida a tendência verificada até setembro, projeta-se para o final de 2017, em relação aos resultados de 2016, ampliação no *índice de atendimento à demanda* e diminuição da *taxa de congestionamento*, tais como calculados pelo CNJ: Índice de atendimento à demanda = **115,4%** em 2016 e **121,7%** em 2017; Taxa de congestionamento = **79,7%** em 2016 e **78,1%** em 2017.

O processo digital da Justiça paulista é uma realidade com excelentes números. No ano de 2017, o **número de processos digitais aumentou** em 17%, passando de 6.284.597 para 7.337.377. Em contrapartida, houve a redução de 9% no número de processos físicos: 14.059.906 em janeiro para 12.855.082 em agosto de 2017, ampliando, portanto, os benefícios experimentados.

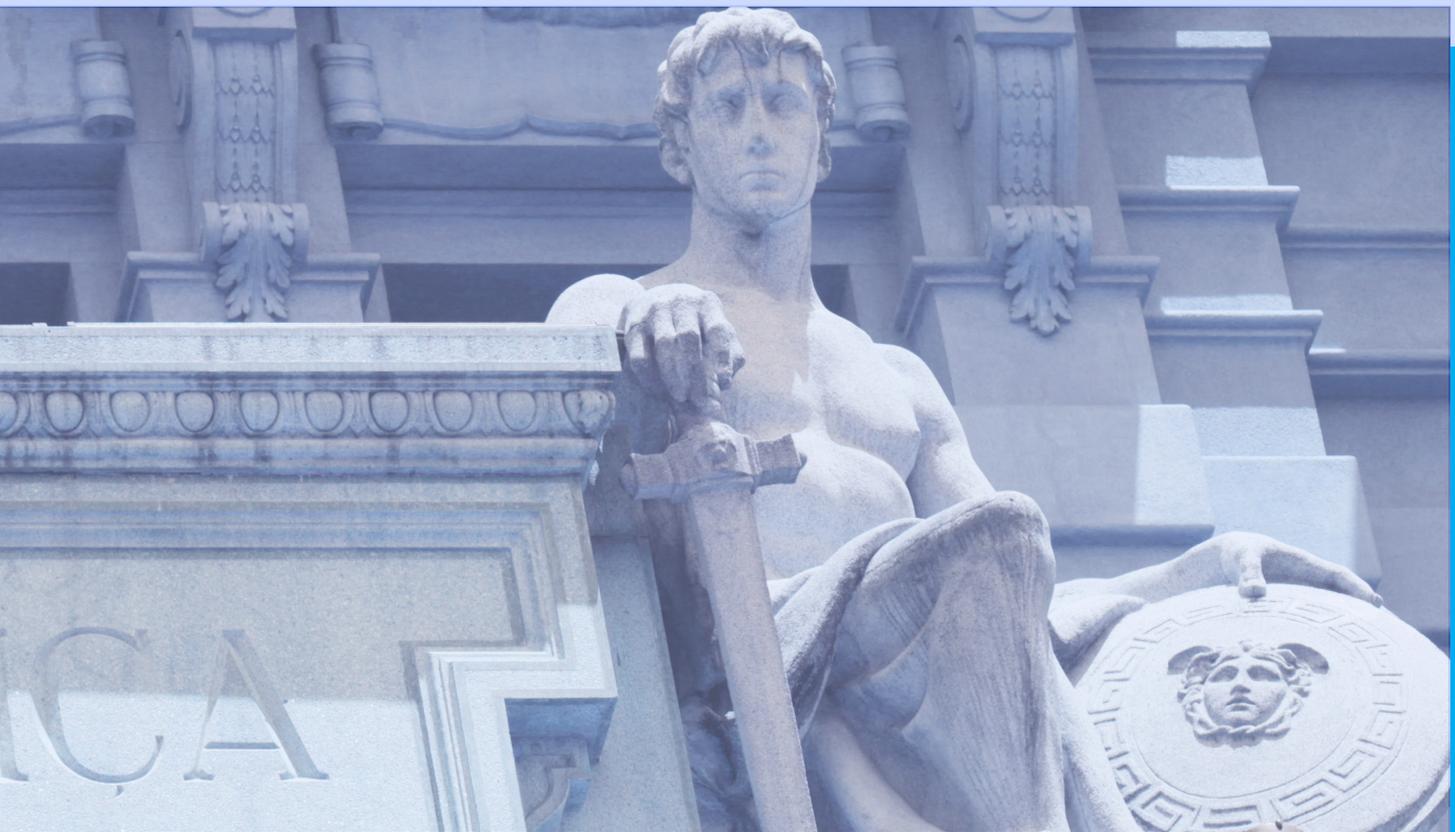
As Unidades de Processamento Judicial – **UPJs**, conhecidas como “Cartório do Futuro” – inovação do TJSP para adequar os ofícios judiciais à realidade de trabalho resultante da implantação do processo digital – **se ampliaram**. Ao término de 2017, outras 10 UPJs estarão em funcionamento:

Foi prioridade no biênio a promoção de **melhorias na infraestrutura física das unidades judiciais e administrativas**, visando aperfeiçoar as condições

de atendimento aos usuários e de trabalho a magistrados e servidores. A Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça – SAD realizou mais de 55 diligências ao interior para vistorias técnicas, objetivando a elaboração e execução de planos de ocupações, instalações, recebimento de prédios da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, entre outros.

Foram, também, realizadas obras por todo o Estado e **recebidos novos prédios de fóruns**. Somente em 2017, houve recebimento de imóveis em Hortolândia, Peruíbe, José Bonifácio, Mogi das Cruzes, Vargem Grande Paulista e Barueri. Inaugura-se, também, novas instalações nos fóruns de Bauru, Jaú, Ilha Solteira e Mongaguá. Além disso, encontram-se em fase final de tramitação os expedientes relativos ao recebimento de novos fóruns em Matão, São José do Rio Preto,





Mirandópolis, Potirendaba, São Joaquim da Barra, Conchas e Limeira.

Importante destacar, ainda, que durante o ano de 2017, houve economia com a renegociação dos contratos de locação predial em cerca de R\$ 1.238.319,72.

Em 2017 também foram elaborados e concluídos estudos de arquitetura, dentre eles: instalações elétricas, proteção e combate a incêndio, laudo de instalações elétricas, ventilação e exaustão, climatização de ambientes, instalações hidráulicas etc.

Em outubro de 2017 foi assinado contrato para **modernizar o aparato de segurança** do Judiciário paulista. Será instalado sistema interligado a um centro de monitoramento, onde serão gerenciadas as ações de segurança, com acompanhamento das imagens em tempo real e de forma ininterrupta.

Na primeira fase, 46 edifícios receberão câmeras digitais de

monitoramento, agregadas com softwares de inteligência artificial, estações de cadastramento de visitantes, catracas, botões de pânico e fechaduras eletrônicas nos gabinetes. Nesses prédios funcionam 492 varas, que representam, aproximadamente, 33% do total das varas instaladas em todo o Estado.

Na mesma toada, em 2017 foram adquiridos equipamentos scanners (raio-X) para inspeção de volumes (bolsas, mochilas etc.) para prédios da Capital (Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães, Palácio da Justiça, Fórum Hely Lopes Meirelles, Fórum João Mendes Júnior, Foro Regional de Santana, Foro Regional de Santo Amaro) e sedes das Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs). Esses scanners funcionam como os equipamentos de aeroportos e detectam materiais metálicos, possíveis substâncias tóxicas explosivas, inflamáveis e materiais orgânicos potencialmente

perigosos à segurança das pessoas. Por serem esteiras, não há necessidade de abertura de bolsas e exposição de pertences. O início da instalação desses equipamentos se deu em 18 de setembro, estendendo-se até o final de outubro.

O Judiciário paulista, a maior Corte estadual do mundo, conta, ao final do biênio 2016/2017, com 319 comarcas, organizadas em 56 Circunscrições Judiciárias, subdivididas em 10 Regiões Administrativas Judiciárias – RAJs.

Na Capital, há 298 varas instaladas, com previsão de instalação de mais cinco varas em dezembro de 2017. As comarcas localizadas no litoral e no interior do Estado somam 318, com 1.214 varas instaladas.

Integram a Justiça de São Paulo 2.088 juízes de direito, 42.883 servidores no quadro funcional ativo, sendo 31.958 vinculados ao primeiro grau de jurisdição. ■

Inovações e resultados na 2ª instância



No biênio 2016/2017, a Justiça de São Paulo seguiu enfrentando corajosamente o desafio representado pelos números de seu movimento. Para vencer tal demanda, foram executadas atividades direcionadas à eficiência do desempenho na tramitação dos processos nos cartórios de segundo grau de jurisdição, como a implantação da juntada automática e a integração dos sistemas SAJ com o e-STF (Sistema Informatizado do Supremo Tribunal Federal).

Também foram realizados mutirões nas seções de Direito Privado e de Direito Público para processamento de agravos e remessa aos Tribunais Superiores, a fim de tornar mais célere o trâmite desses recursos.

Além disso, foi criada a primeira Unidade de Processamento Judicial de Segunda Instância de ações penais originárias contra prefeitos – UPJ Prefeitos. O objetivo é garantir maior celeridade no processamento de inquéritos e ações

penais dessa natureza, por meio do desenvolvimento de metodologia de tramitação uniforme e mais eficaz nas ações penais originárias movidas contra os agentes públicos e políticos, regidas ordinariamente pela Lei nº 8.038/1990 e pelo Código de Processo Penal, tendo em conta suas particularidades.

Cartórios de segunda instância passaram a receber o processo digital com gravação dos depoimentos em audiência diretamente do sistema SAJ. Essa nova tecnologia, além de aumentar a segurança dos dados colhidos no ato processual, proporcionou celeridade no processamento dos recursos da área criminal, em razão da possibilidade de distribuição imediata.

Tais medidas resultaram em aumento no Índice de Atendimento

à Demanda (77,6% em 2016 e **83,3%** em 2017) e diminuição da Taxa de Congestionamento (46,4% em 2016 e **45,4%** em 2017). As variações podem parecer, a princípio, um tanto modestas, mas há que se lembrar que tais índices aplicam-se ao acervo (nada modesto) do maior Tribunal do país.

De acordo com a movimentação processual, foram distribuídos 858.515 novos recursos em 2016 e, ao longo do mesmo ano, foram julgados 931.325 processos. No mês de dezembro, havia 665.074 recursos em andamento.

De janeiro a outubro de 2017, foram distribuídos 741.974 novos recursos e julgados 830.990 feitos em 2º grau. Até o fechamento desta edição, o TJSP contava com 682.191 recursos em andamento. ■

Combate à violência contra a mulher

De acordo com o Mapa da Violência 2015, o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de violência contra a mulher. Uma em cada cinco mulheres é vítima de violência doméstica no Brasil e a maioria dos crimes é cometida por pessoas conhecidas da vítima, como companheiros e ex-companheiros. O tema é debatido pelo CNJ desde 2007 e, em agosto de 2016, a Lei Maria da Penha completou 10 anos.

Foi nesse contexto que o Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio da **Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp)**, lançou uma série de iniciativas para dar mais visibilidade ao tema, bem como ampliar a rede de apoio e assistência à família envolvida em violência doméstica.

Entre as iniciativas, destacam-se a criação do selo "TJSP nos 10 anos da Lei Maria da Penha", confeccionado pelos Correios e entregue a vítimas de violência doméstica, e as campanhas "Justiça pela Paz em Casa", "Rompa o Silêncio, você não está sozinha! #SomosTodasMariadaPenha" (que teve a cantora Paula Lima – ex-servidora do Tribunal – como

embaixadora) e "Juntos Podemos Parar o Abuso Sexual", em parceria com mais 15 instituições, com o objetivo de estimular vítimas e testemunhas a denunciarem abusos sexuais em transportes públicos.

Importantes convênios e parcerias foram firmados no biênio. O "Projeto Fênix" foi assinado com a Secretaria de Estado da Saúde e com a Turma do Bem para atendimento prioritário e gratuito às vítimas de violência doméstica que necessitem de cirurgia plástica e de tratamento odontológico. Em março de 2017, o TJSP foi o primeiro do País a aderir às Diretrizes Nacionais do Femicídio, elaboradas pela ONU, por meio de protocolo inédito junto à ONU Mulheres. Na mesma ocasião, foi lançada a campanha "Isso tem nome – Femicídio", que destaca o compromisso do Tribunal e a necessidade do registro correto

do crime. Também foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Estadual de Educação para realização de Cine Debates nas escolas estaduais, com o objetivo de reduzir os índices de violência contra as mulheres mediante instrução escolar e promoção de mudança cultural.

Criada em março de 2012, a Comesp tem trilhado uma grande batalha para garantir acesso à Justiça a todas as brasileiras. São sete varas de Violência Doméstica na Capital; no interior são mais três (São José dos Campos, Guarulhos e Sorocaba), além de dois anexos judiciais, em Suzano e Ribeirão Preto. Na página da coordenadoria – www.tjsp.jus.br/Comesp – é possível buscar por toda sorte de informações para facilitar a prevenção, conscientização e ajuda às vítimas. ■



Cantora Paula Lima participa de campanha promovida pela Comesp

Eficiência premiada



O programa Judiciário Eficiente, lançado em agosto de 2016, visa à redução da taxa de congestionamento em 1º grau e dos juzados especiais. Boletins periódicos são enviados às unidades judiciais e, semestralmente, de acordo com a taxa de congestionamento alcançada (regulamentada pela Portaria 9.327/16), são outorgados os selos Judiciário Eficiente Ouro, Prata e Bronze, em reconhecimento à produtividade alcançada pelas unidades. Também ocorre distribuição de prêmios entre os servidores das unidades judiciais

que receberem o “Certificado de Unidade Judicial Eficiente”, conferido àquelas que obtiverem dois selos “Ouro” consecutivos. O programa já possibilitou o saneamento da base de dados e está disseminando a cultura da gestão por meio de variáveis e indicadores nos cartórios.

“Os resultados do programa no primeiro ano corroboram o que tenho afirmado desde o início da gestão: temos na Justiça de São Paulo servidores e magistrados idealistas, extremamente empenhados em bem servir à população do Estado”,

afirmou o presidente Paulo Dimas na abertura do evento de premiação.

O sorteio de prêmios ocorreu no dia 20 de setembro, no Palácio da Justiça e com transmissão ao vivo pela intranet. No total, concorreram 9.349 funcionários. Foram sorteados cinco vales-viagens no valor de R\$ 2,5 mil cada, 12 vales-viagens com acompanhante para quatro capitais do Brasil (passagem aérea e três dias de hospedagem), oito celulares iPhone 7, três notebooks Lenovo, dez vales de R\$ 400 da C&C - Casa e Construção e 2 motocicletas Yamaha. Os prêmios

Programa Judiciário Eficiente



foram disponibilizados com o apoio da Apamagis, Faesp, Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), Softplan, Lenovo, Banco Alfa e C&C Casa e Construção. A entrega ocorreu em 29 de setembro.

Continua...

O Judiciário Eficiente é uma das ações que integram o novo modelo de gestão do TJSP. Possui caráter permanente e direcionador, pois aponta os locais que necessitam de

ações pontuais do Tribunal. Como consequência, é possível proporcionar melhores condições de trabalho a todos.

Em visita à Comarca de Cafelândia, o presidente Paulo Dimas esclareceu que o projeto está em constante aperfeiçoamento, com estudos para formas alternativas de análise, e reafirmou que o programa veio para ficar. "O Judiciário Eficiente é um programa contínuo e todos terão a oportunidade de participar de futuras premiações". ■

Resultados

No 2º semestre de 2016, 1.066 unidades judiciais receberam o Selo Ouro, 339 receberam o Selo Prata e 162 o Selo Bronze, superando expectativas. A Taxa de Congestionamento média do Tribunal no período foi de 66,2% e o Índice de Atendimento à Demanda foi de 103,6%. A Região Administrativa Judiciária (RAJ) que obteve a menor TC foi a de Araçatuba (58,3%) e a que obteve o maior IAD foi Bauru (112,4%).

Para o ano de 2017, estimam-se índices ainda mais animadores: TC de 65,3% e IAD de 111%. (Fonte: Seplan / B.I.)



Ideias para o presente e futuro

Criada em fevereiro de 2012, por publicação de Provimento CSM nº 1954/12, e com as atividades retomadas em 2016, a **Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP**, instalada na Secretaria de Planejamento Estratégico - Seplan, desenvolve importante atividade de concentração dos projetos do Tribunal de Justiça, abrangendo desde as iniciativas em andamento até as novas proposições. Constituída pelo Grupo de Projetos Estratégicos, composto por juízes assessores da Presidência e pela Seplan, a unidade se reúne, periodicamente, desde o início do segundo semestre de 2016 para adequar ao Planejamento Estratégico do Tribunal as ações que ocorrem em todo o Judiciário. Além disso, a UGP permite que a Presidência tenha controle total do andamento de cada iniciativa e possibilita visão una e conjunta dos desdobramentos e dificuldades da execução.

A UGP não executa projetos, tampouco realiza auditoria. Também não gerencia os projetos individualmente, mas sim a carteira de projetos do TJSP. O gerenciamento de cada projeto é feito pelos gerentes de projetos de cada área do Tribunal, designados para tanto. No intuito de auxiliar esses gerentes, a equipe da Seplan realizou, em agosto, workshop para ensinar os participantes como desenvolver um projeto utilizando o "Project Model Canvas", um instrumento facilitador para a elaboração do planejamento do projeto.

Um dos objetivos do Gerenciamento de Projetos é evitar retrabalho e, segundo a secretária de Planejamento do TJSP, Carmen Giadans Corbillon, já é possível verificar resultados nesse sentido. "Foi possível identificar similaridades, evitando que duas áreas diferentes dispendessem seus recursos na consecução de projeto idêntico. Catalogados os projetos, realizou-se, em seguida, a definição dos gestores responsáveis por sua execução, permitindo o estabelecimento de diálogo direto entre a Presidência e a área de desenvolvimento." De acordo com a secretária, os projetos prioritários monitorados pela UGP têm sido, de um modo geral, concluídos dentro dos prazos estipulados e do orçamento estimado. "Dos 36 projetos definidos pela Presidência como prioritários, 14 estão em execução, observando os prazos previamente estabelecidos em cronograma e oito projetos já foram concluídos", disse.

Os números apresentados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo merecem ser celebrados. De acordo com o Standish Group (2012), apenas 20% dos projetos brasileiros apresentam sucesso em prazo e orçamento. "No TJSP, cerca de 60% dos projetos priorizados no biênio 2016/2017 foram concluídos ou estão em fase de conclusão dentro do prazo", afirma Giadans. "Acreditamos que a assimilação do novo modelo ao longo do tempo deverá ampliar, ainda mais, esse índice". ■

Ações pelos direitos da primeira infância

Concurso Boas Práticas do Sistema de
Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente



O Projeto “Primeira Infância no Estado de São Paulo – O Papel do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente” foi lançado em agosto de 2015 e percorreu as dez Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs) do Estado. Foram realizadas palestras e debates sobre a defesa dos direitos da primeira infância, sua proteção integral e os cuidados que se deve ter nessa fase, considerada a mais importante da vida, que vai desde a concepção até os seis anos de idade.

Implantado pelo TJSP por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) e com a parceria da Escola Paulista da Magistratura (EPM), da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e do projeto Prioridade Absoluta, do Instituto Alana, o programa é direcionado a servidores, promotores de Justiça, defensores públicos, advogados, delegados, assistentes sociais, psicólogos, profissionais da rede de atendimento a crianças e adolescentes e interessados.

Com o objetivo de estimular os profissionais do Judiciário e da rede de garantia de direitos a compartilhar experiências inovadoras sobre o tema, foi criado o concurso “Boas Práticas do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente”. As cinco melhores iniciativas, eleitas por profissionais da área, receberam placas de reconhecimento em cerimônia realizada no Palácio de Justiça, em 16 de novembro.

Foram premiados: “Projeto AFIN – Afeto na Infância. Você afinado com seu filho” – sob a responsabilidade da Vara da Infância e Juventude de Nova Odessa, em parceria com o Cejus; “Protocolo de atendimento interinstitucional a mulheres que manifestam, durante a gravidez, o desejo de entregar o filho em adoção”, coordenado pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Santos – Seção Técnica de Psicologia e Serviço Social Judiciário; “5 Atitudes Guardiãs da Primeira Infância”, do CRAS Morrinhos –

Centro de Referência de Assistência Social da Prefeitura do Guarujá; “O Cuidado com a Primeira Infância”, da Secretaria Municipal de Educação e Cidadania e Secretaria de Saúde de São José dos Campos; “Mãe Bem Querer”, de responsabilidade do Instituto Social e Educacional Bem Querer para Sustentabilidade Comunitária, de Sumaré.

O presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, destacou que a área da infância e juventude é primordial e precisa de atenção permanente. “Reconhecer e disseminar as melhores práticas é fundamental”, afirmou.

“O investimento na primeira infância é extremamente importante para que tenhamos uma sociedade melhor no futuro”, disse o juiz assessor da Vice-Presidência, integrante da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Daniel Issler. ■

Novas oportunidades para debates



Encontro Estadual de Magistrados de Varas da Família e das Sucessões, realizado em novembro de 2017

EPM diversifica atividades direcionadas aos magistrados, investindo na descentralização, novas ferramentas, núcleos de estudos e encontros presenciais

Com objetivo de ampliar a participação dos magistrados nos cursos e eventos da Escola Paulista da Magistratura (EPM), a atual gestão, iniciada em março de 2016, implementou diversas iniciativas. Além de aprimorar o ensino a distância e utilizar a modalidade semipresencial, a Escola tem incentivado as atividades presenciais em sua sede, em outros prédios da Capital e nos núcleos regionais. O site da EPM também foi reformulado e agora possui novas funcionalidades, incluindo um serviço para esclarecimento de dúvidas de juízes substitutos.

O diretor da EPM, desembargador Antonio Carlos Villen, destaca a importância do ensino a distância para a formação continuada dos magistrados, mas ressalta o diferencial das atividades presenciais: “é uma maneira de reunirmos juízes especializados para troca de ideias e de experiências, que resultam em enunciados e artigos doutrinários. As atividades aprofundam vínculos de solidariedade entre os juízes do Estado e de outras regiões do País”.

Somente neste ano, foram promovidos na EPM o X Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil, o Encontro Estadual de Magistrados da Infância e Juventude, o Encontro Nacional de Juízes Ambientais e o 1º Encontro Estadual de Magistrados de Varas da Família e das Sucessões. Foram realizadas ainda, no biênio, com parceria do Tribunal de Justiça e da Apamagis, três edições do Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo (Fojesp).

Outra atividade voltada aos magistrados são os núcleos de estudos, que têm reuniões periódicas na sede da Escola e em alguns núcleos regionais. Na atual gestão, foram criados mais três núcleos, nas áreas de Direito da Criança e do Adolescente, Direito Digital e Tributário.

Uma das inovações da gestão, o ensino semipresencial foi adotado no 8º curso de especialização em Direito Processual Civil, que teve aulas expositivas transmitidas para 22 comarcas, complementadas por seminários presenciais.

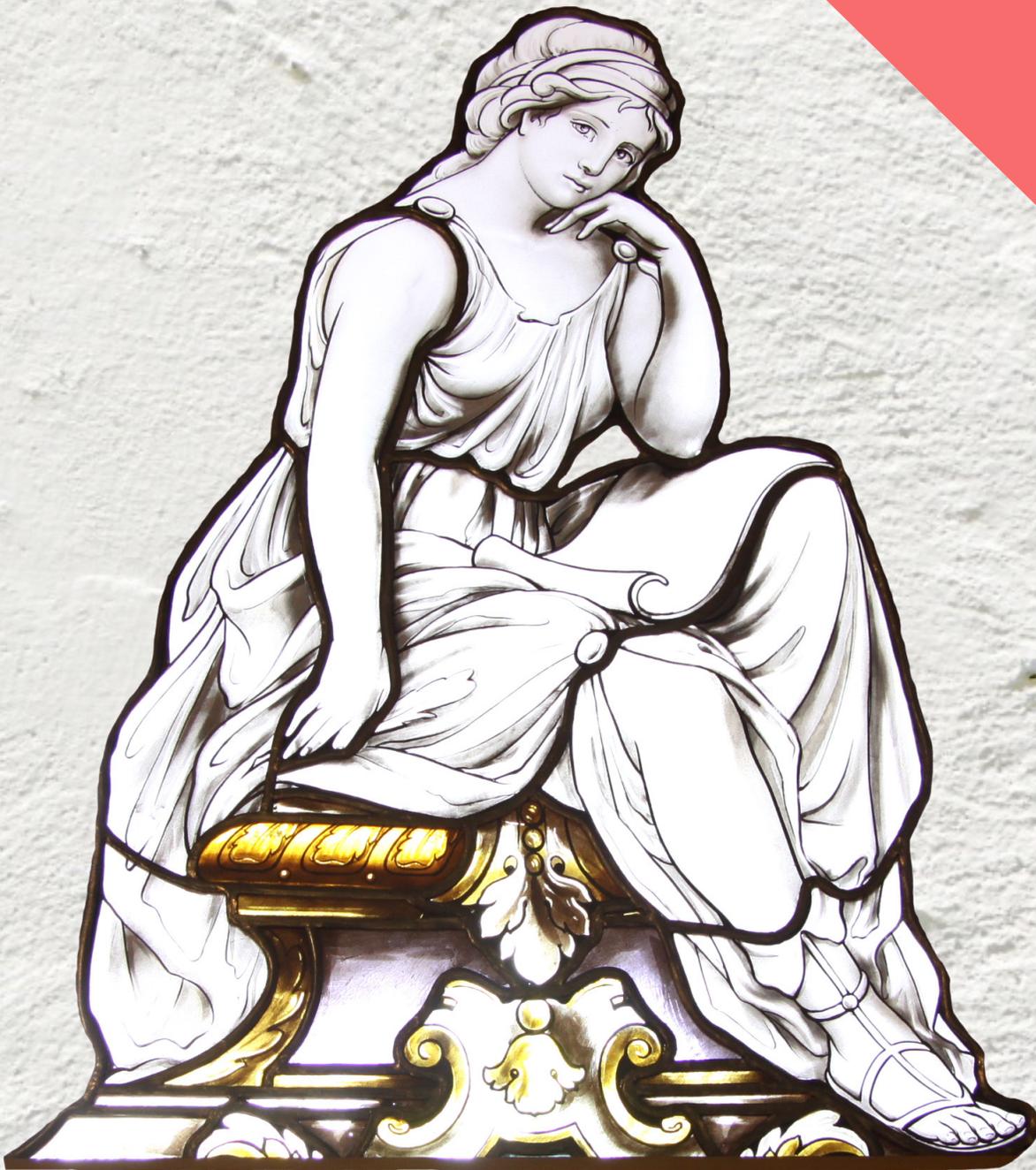
A iniciativa possibilitou a participação de 740 alunos no interior, além de eliminar custos com passagem e hospedagem de professores.

Também semipresencial, o curso de formação continuada “Teoria e prática do novo Código de Processo Civil” teve um encontro presencial na Capital e nos núcleos regionais e quatro módulos a distância, na plataforma Moodle, metodologia utilizada pela primeira vez no Curso de Vitaliciamento dos juízes do 185º Concurso.

O novo CPC foi tema ainda de grupos de estudos e de ciclos de palestras nos prédios de gabinetes das Seções de Direito Privado, Direito Público e Direito Criminal, além de eventos nos núcleos regionais.

Em novembro, a EPM inaugurou o “Tira Dúvidas – Novos Juízes”, serviço de elucidação de dúvidas de juízes substitutos, disponibilizado inicialmente para os juízes do 186º Concurso. O consulente só precisa selecionar o tema para fazer a pergunta e, se quiser, pode escolher um professor, dentre os magistrados indicados para aquele tema. ■

Os magistrados e servidores, a memória e a cultura



TJ Sustentável



Sustentabilidade e economia no Judiciário

“O Tribunal de São Paulo é o maior do mundo e nossas ações causam impacto ao meio ambiente. Por isso, temos que trabalhar pela sustentabilidade, gerenciar melhor nosso consumo e o descarte de resíduos. O objetivo desse jogo não é a economia de recursos financeiros, mas divulgar uma nova mentalidade, a do consumo consciente”, disse o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, durante o lançamento da edição 2016 do projeto TJ Sustentável.

O projeto-piloto, lançado em 2015, teve a participação de 12 prédios no Estado e apresentou excelentes resultados. Na edição de 2016, a novidade foi a participação de todas as comarcas do Estado e os itens a serem economizados dessa vez foram água, energia, telefonia e copos descartáveis. Já em 2017 a meta dos prédios participantes foi economizar água, energia e papel sulfite, bem como implantar a coleta seletiva. Também, a competição abrangeu todo o Judiciário paulista, incluindo os prédios administrativos e do 2º grau.

ENGAJAMENTO E CRIATIVIDADE

O TJ Sustentável tem gerado bons frutos nas comarcas do Judiciário paulista. Um exemplo é Assis, que adotou uma série de medidas criativas, como o “Informativo de Gastos Mensais”, o projeto “Pomar Forense”, criação de jardins verticais, instalação de wi-fi e avaliação dos ar-condicionados do prédio. A redução das contas foi perceptível.

A Comarca de Presidente Epitácio, por outro lado, investiu na troca de torneiras com vazamento, vistoria diária nos banheiros e



Em 2016, os 339 prédios participantes economizaram 5,1 milhões de kWh de energia, 2,4 milhões de copos descartáveis e R\$ 481 mil nas contas telefônicas.

Na atual edição, até outubro de 2017, os 353 prédios economizaram mais de 23 mil m³ de água, 2 milhões de kWh de energia e 52 mil resmas de papel sulfite, de acordo com dados inseridos no sistema do jogo.

Presidente Paulo Dimas entrega bicicleta sorteada à funcionária do fórum de Presidente Venceslau, vencedor do TJ Sustentável 2016

conscientização dos funcionários, apresentando resultados positivos graças a essas ações. O próximo objetivo da administração do fórum é que 100% dos servidores levem sua própria caneca ou garrafa de água para que o uso de copos descartáveis seja reduzido ao mínimo necessário.

OS VENCEDORES

Em 2016, as três comarcas vencedoras foram Presidente Venceslau (1^a colocada); General Salgado (2^a colocada) e Piquete (3^a colocada). “O mundo precisa

despertar para a necessidade do consumo consciente e espero que nossa comarca possa servir de espelho para o Judiciário”, afirmou a juíza diretora do fórum de Presidente Venceslau, Daiane Thaís Souto Oliva de Souza.

As entidades parceiras doam bicicletas e cestas natalinas para serem sorteadas entre os servidores das unidades campeãs.

O TJ Sustentável se consolidou como programa de sustentabilidade muito bem-sucedido, tornando-se referência para outros órgãos e

instituições. Em setembro deste ano, foi firmado convênio com o Tribunal Regional do Trabalho da 2^a Região – São Paulo (TRT-2) para que o TJSP auxiliasse a Corte na implantação do projeto TJ Sustentável em suas unidades, por meio de fornecimento de dados do sistema informatizado e das peças de comunicação do programa. Além disso, o Tribunal de Justiça de São Paulo esteve entre os três finalistas do “XV Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça”, na categoria “Comunicação Interna”, com o projeto TJ Sustentável.

Em razão do sucesso, o projeto se tornou política pública permanente no Judiciário paulista, a partir da publicação da Portaria 9.396/17. ■

A Corte, a cidade e a **História**

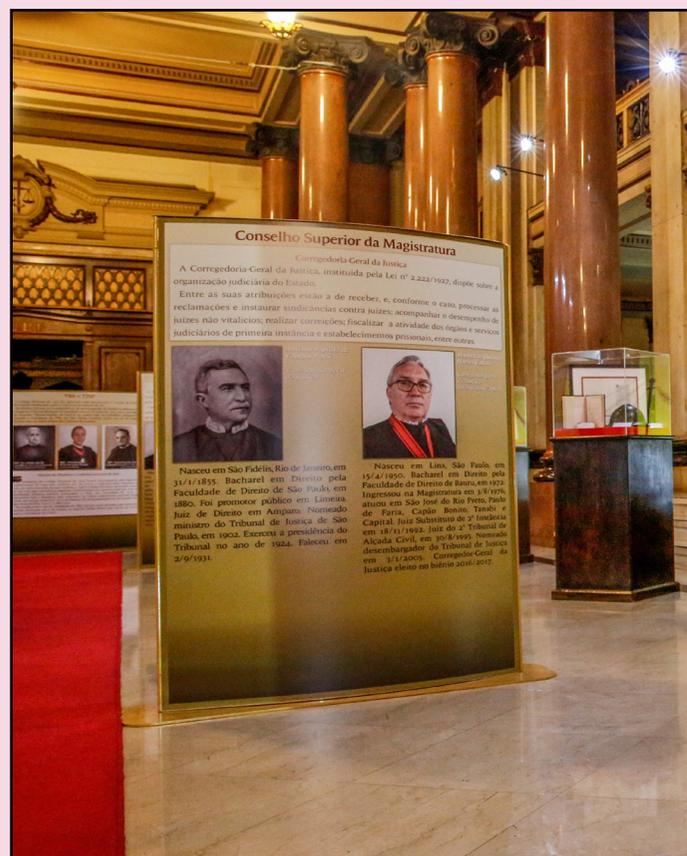
A grande novidade do **Projeto Arte e Cultura do TJSP** no biênio 2016/2017 ficou por conta da inclusão do TJSP no roteiro cultural da cidade.

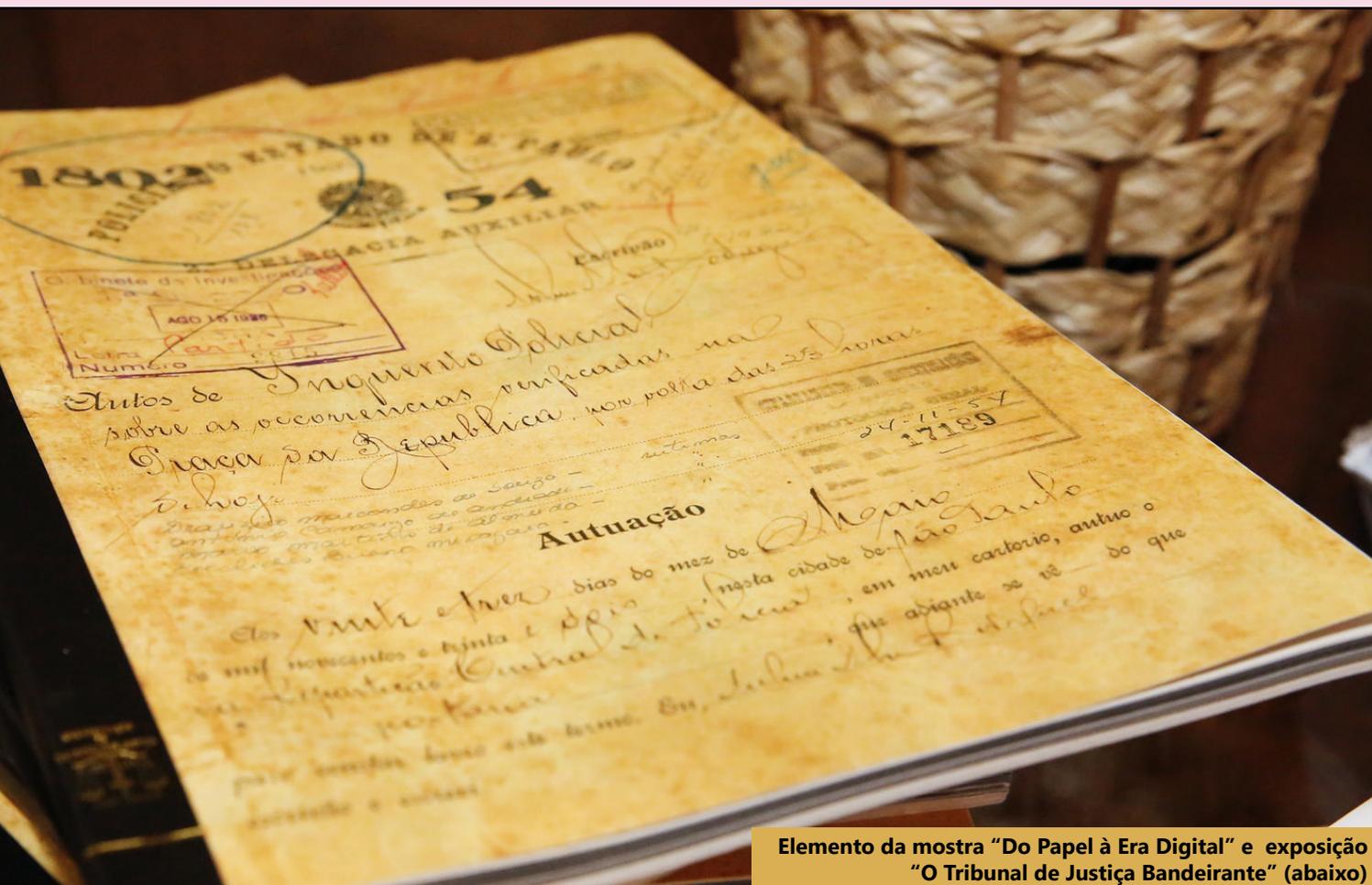
Em agosto deste ano, o Palácio da Justiça e o Museu do TJ fizeram parte da 3ª Jornada do Patrimônio, evento promovido pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, e organizado pelo Departamento do Patrimônio Histórico. Nos dois dias de atividade o Palácio recebeu mais de 500 pessoas.

A Corte paulista também abriu suas portas para duas edições da Virada Cultural e da Semana dos Museus, ambas promovidas pela Prefeitura de São Paulo. Os visitantes apreciaram, além da programação cultural, detalhes da arquitetura e beleza requintada do Palácio da Justiça e do Palacete Conde de Sarzedas (sede do Museu do Tribunal), ornamentados por vitrais, peças e objetos da história do Judiciário. O TJSP também participou de duas edições da Primavera dos Museus, circuito organizado pelo Instituto Brasileiro de Museus, vinculado ao Ministério da Cultura, em que o público conheceu a história da maior Corte de Justiça do mundo e interagir com a cultura jurídica. Ainda sobre museus, a criação da Sede Regional do **Museu do TJ em Ribeirão Preto** marcou uma nova fase na preservação da história e da memória do Judiciário paulista nas comarcas do interior.

Aliás, a História foi o norte de boa parte das iniciativas culturais da Corte paulista no biênio. As exposições que ocuparam o Salão dos Passos Perdidos destacaram o Tribunal de Justiça de São Paulo como importante coadjuvante em momentos históricos do país.

A mostra "O Tribunal de Justiça Bandeirante – Sua história, seus personagens" traçou um panorama do Tribunal, desde sua instalação, em 1874, até os dias de hoje, com ênfase em momentos relevantes e em alguns dos muitos personagens que marcaram época e fizeram parte da construção da Justiça paulista. Elaborada pela Secretaria da Presidência, a exposição, de caráter itinerante, levou a todas as dez Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs) do Estado um panorama histórico do TJSP. As exposições "Do Papel à





Elemento da mostra “Do Papel à Era Digital” e exposição “O Tribunal de Justiça Bandeirante” (abaixo)



Era Digital” e “Condenados ou absolvidos?” apresentaram a memória da Corte contada por processos de importância histórica envolvendo fatos e/ou personalidades que nortearam os rumos do País (as revoluções de 1924 e 1932, casos da escravatura e a morte do jornalista Vladimir Herzog), bem como casos emblemáticos (Chico Picadinho e Bandido da Luz Vermelha). Os documentos expostos foram selecionados pelo Programa de Gestão Documental do TJSP, que conta com uma “Reserva Técnica”, destinada à preservação e conservação de processos históricos, ação desenvolvida pela Coordenadoria de Gestão Documental.

O projeto Arte e Cultura no TJ, do qual fazem parte os projetos



Apresentação de dueto de violão e flauta doce no “Quintas Musicais”

Jornadas Musicais e Quintas Musicais, continuou a trazer aos fóruns da Capital e do Interior apresentações culturais variadas. Foi por meio desse projeto que o **Coral dos Servidores**, formado por funcionários do TJ, apresentou-se em doze ocasiões pelos prédios do Tribunal na Capital.

O “Jornadas Musicais”, coordenado pelo desembargador Sidney Romano dos Reis, manteve suas exibições mensais de vídeos com intérpretes de diversas vertentes musicais, em vários espaços do TJSP, como o auditório do Gade MMDC e os Foros Regionais de Santana, Butantã, Nossa Senhora do Ó, Jabaquara, Penha e Santo Amaro. O objetivo é propiciar aos magistrados e servidores do Tribunal apresentações musicais de ótima qualidade. A cada encontro, o desembargador Sidney Romano dos Reis faz pequenas palestras acerca das apresentações



Show da Big Band Senior no projeto “Jornadas Musicais”



Coral dos Servidores do TJSP se apresentou diversas vezes pelos prédios do Tribunal, inclusive durante a Virada Cultural



Visitas monitoradas apresentaram a sede da Corte paulista e de seu Museu a centenas de pessoas

Até setembro de 2017, o projeto “Arte e Cultura” teve 23 eventos na capital, 96 no interior, 15 Jornadas Musicais e sorteou entre os funcionários mais de dois mil ingressos para diversos espetáculos teatrais.

escolhidas e conversa com a plateia. Além disso, os participantes recebem material de pesquisa sobre os vídeos exibidos. Com entrada gratuita, o evento também é aberto ao público em geral.

Por sua vez, o projeto “Quintas Musicais” trouxe ao Museu do TJ diversas apresentações musicais, desde o “Recital de Música Barroca” ao “Tributo a Ray Charles”. Trata-se de uma iniciativa do TJSP para motivar e valorizar os servidores por meio da cultura e da arte, e conta com a participação de artistas convidados, sejam funcionários do Tribunal ou não, sem custo à instituição e ao público. ■

Em Prol do Servidor



A Coordenadoria de Apoio aos Servidores – CAPS seguiu o biênio trabalhando em prol do servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O programa “Servidor em Foco” (parceria da CAPS com a Escola Judicial dos Servidores – EJUS) consistiu em diversas palestras voltadas para a formação, a motivação e a qualidade de vida dos servidores. Até o fechamento desta matéria, foram realizadas 33 palestras com média de 1.000 funcionários inscritos para cada uma.

No mesmo caminho, a CAPS deu início à campanha “De Bem com a Vida”, nova ferramenta da coordenadoria para ajudar na manutenção de um ambiente de trabalho saudável, com relações pessoais bem estruturadas. O foco é mostrar que o servidor também pode fazer a sua parte, equalizando situações que nascem, muitas vezes, pela falta de diálogo. Para o programa, foram convidados

palestrantes renomados. Amyr Klink e David César falaram sobre desafios, trabalho em equipe, interesse social e o exercício da tolerância e da gentileza com os outros. Para 2018 há palestras previstas de Raí e Fernanda Gentil.

Vale lembrar que, entre as atribuições da CAPS, estão a triagem e o gerenciamento das mensagens do Canal Direto com o Presidente, veículo que possibilita o encaminhamento de dúvidas, reclamações e sugestões dos servidores, conferindo celeridade à solução de suas demandas. As mais comuns são referentes a assédio moral, alteração do posto de trabalho, infraestrutura predial, questões relacionadas aos departamentos de Recursos Humanos e de Informática. A parceria do setor com as secretarias administrativas (SAD, SAB, SPRH, SGRH, SPI, SJ, STI, SAS e outras) viabiliza o auxílio imediato para solução das questões.

Em 2016, a CAPS respondeu a 11.280 mensagens de funcionários, sendo 7.202 oriundas do “Canal Direto com o Presidente”. Até novembro de 2017, foram 10.300 mensagens recebidas, sendo 5.200 no canal, dentre dúvidas, sugestões, críticas e elogios, todas devidamente analisadas e respondidas.

Por falar em atribuições, as da CAPS aumentaram nessa gestão. Ligada à Secretaria da Presidência, a coordenadoria passou a gerenciar as atividades do Grupo de Apoio aos Gabinetes de Trabalho dos Desembargadores e Juizes Substitutos em Segundo Grau – Grugade, por meio do qual buscou suprir os afastamentos dos assistentes jurídicos e escreventes técnicos judiciários em razão de licença-gestante ou saúde. Dessa forma, a CAPS pode servir a mais de 150 gabinetes durante esta gestão, fornecendo à Segunda Instância recursos para conferir maior celeridade na tramitação dos feitos. ■

O compromisso social



A arma contra o abuso é a denúncia

Campanha “**Juntos Podemos parar o assédio Sexual nos Transportes**”, lançada pelo Tribunal em parceria com 15 instituições públicas e privadas em agosto de 2017, tem como objetivo incentivar vítimas a denunciarem ocorrências. A campanha pretende promover uma mudança cultural que estimule vítimas de abuso sexual nos transportes e pessoas que presenciam algum incidente a denunciarem os agressores e, conseqüentemente, inibir futuras iniciativas. É um dos crimes mais subnotificados e, de acordo com pesquisas, o transporte público é o principal local de ocorrências dessa natureza.

“Abuso sexual não tem desculpa, tem lei.” “Não existe mão-boba. Existe falta de caráter.” “Omissão também é violência;” são algumas das frases que fazem parte das peças publicitárias que, além da veiculação de cartazes, vídeos e postagens nas redes sociais das instituições participantes teve a adesão da empresa adMooH, uma plataforma de anúncios em telas de sinalização digital, que veiculará o material em 166 estabelecimentos comerciais. Seminários de sensibilização direcionados a mais de mil funcionários das empresas de transporte a fim de prepará-los para o atendimento às vítimas também fazem parte da campanha.

Outro aspecto da campanha são os programas de reeducação direcionados aos abusadores, uma vez que apenas a punição nem sempre é suficiente para uma mudança de conduta. Foi ministrado curso especialmente direcionado aos casos que acontecem nos transportes, como alternativa na transação penal (acordo entre réu e promotoria) àqueles que praticarem crimes de menor potencial ofensivo. Fazem

parte da campanha o Governo de São Paulo, Prefeitura de São Paulo, Ministério Público de São Paulo, CPTM, Metrô, EMTU, SPTrans, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, Polícia Militar, Polícia Civil, ViaQuatro, EFCJ (trem), Secretaria de Segurança Pública, Secretaria dos Transportes Metropolitanos, Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes de São Paulo – representantes de todas as instituições envolvidas assinaram convênio de cooperação para viabilizar a elaboração e divulgação.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, parabenizou todos os órgãos envolvidos no trabalho, especialmente a juíza Tatiane Moreira Lima, da Vara da Violência Doméstica e Familiar do Foro Regional do Butantã, e idealizadora da campanha. “Sabemos que a paz social não se resolve apenas com sentenças. Nós, do Poder Judiciário, e mais 15 instituições queremos dizer às mulheres que elas não estão sozinhas e podem contar conosco.” ■

**Não deixe o medo
paralisar você**

Rompa o silêncio

**JUNTOS
PODEMOS
PARAR
O ABUSO
SEXUAL**



Gaorp: cooperação e humanismo

Processos que podem terminar em ordem de reintegração de posse são alguns dos mais delicados que chegam ao Judiciário. Colocam em conflito questões cruciais para a vida dos cidadãos, como moradia e propriedade privada. Em tempos de crise a situação se acentua, pois pessoas perdem seus empregos e lares e proprietários necessitam exercer alguma atividade econômica nos locais ocupados. Nesse contexto, o Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (Gaorp), coordenado pelo juiz Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho, assessor da Presidência designado para assuntos de Segurança Pública, presta auxílio vital para alcançar soluções menos gravosas aos litígios.

Criado em 2014 para acompanhar casos caracterizados como de alta complexidade, o grupo é formado por representantes do Judiciário e dos governos Federal, Estadual e Municipal, do Ministério Público e da Defensoria Pública para que possam, juntos, ajudar as partes a chegarem a consensos ou a determinações que não violem os direitos humanos das famílias que serão retiradas. “É uma ideia virtuosa que conseguiu reunir em torno de uma causa dezenas de instituições, imbuídas do mesmo objetivo de harmonizar situações tão difíceis”, afirma o juiz coordenador.

“Humanismo é o componente ideológico que permeia os trabalhos”, destaca o magistrado. O Gaorp atua por meio de reuniões em que os representantes das partes e dos órgãos governamentais têm a oportunidade de apresentar suas considerações. Em tempo real, promove-se a interação entre os entes ligados à questão. “A heterogeneidade permite ir muito além

das soluções tradicionais,” ressalta.

Uma das premissas do Gaorp é que não atua de ofício. A solicitação é sempre iniciativa do juiz da causa. O pedido passa por uma triagem para que seja avaliado se o caso tem o requisito de ser de alta complexidade, seja em relação ao número de pessoas envolvidas, seja no local ocupado ou outras circunstâncias a serem ponderadas. As reuniões, sempre que possível, são realizadas com a presença do juiz da causa. Eventuais acordos decorrentes da reunião serão reduzidos a termo e submetidos à apreciação dele.

A Secretaria de Planejamento Estratégico (Seplan) fornece apoio ao Gaorp. O grupo pode ser contatado pelo e-mail crise@tjsp.jus.br ou pelos telefones (11) 3117.2357 e (11) 3117.2200, ramal 2358. ■

Semeando as sementes do amor



O apadrinhamento é uma prática antiga e informal, capaz de trazer mudanças positivas e duradouras nas vidas de crianças e adolescentes que vivem em abrigos.

O Apadrinhamento Afetivo, (Regulamentado pela Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo pelos Provimentos CG nº 36/14 e 40/15), possibilita a jovens acolhidos estabelecer laços com pessoas interessadas em ser padrinhos/madrinhas, voluntários que se dispõem a manter contato direto com o "afilhado". Atividades fora do abrigo são permitidas, proporcionando aos adolescentes experiências que auxiliam no processo de valorização da autoestima. "São atividades simples, como uma ida ao cinema, festa em família, viagem e, principalmente, o convívio com um adulto que será seu amigo, uma referência, alguém para dar conselhos e tirar suas dúvidas", explica o juiz Gabriel Pires de Campos Sormani, assessor da Corregedoria para a área da Infância e da Juventude. O programa é direcionado a jovens com remotas possibilidades de adoção

ou retorno às famílias. O "afilhado" passa a ter uma referência externa e a viver experiências que o ajudam a desenvolver suas potencialidades, tão essenciais para a vida adulta.

Os provimentos da CGJ também preveem a possibilidade de implantação de programas de Apadrinhamento Financeiro ou Material, em que os interessados se comprometem a contribuir economicamente para suprir as necessidades do apadrinhado, sem criar um vínculo pessoal.

Américo Brasiliense, Getulina, Boituva, Andradina, Cerqueira Cesar, Fernandópolis e São José do Rio Preto são algumas das diversas comarcas que aderiram ao projeto. Também na capital, varas da infância e da juventude dos fóruns regionais também adotaram o Apadrinhamento Afetivo.

Para a juíza Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti, da Vara da Infância e da Juventude do Foro Regional do Tatuapé, a autoestima dos afilhados melhora muito. "São

jovens que começam a receber, ainda que somente por horas, uma atenção individualizada de uma pessoa com quem eles podem tratar de assuntos pessoais e tirar dúvidas inerentes à idade que possuem."

"Eles dão um salto de qualidade nos estudos e no relacionamento interpessoal dentro dos abrigos. A vida deles melhora como um todo," conta a juíza Maria Sílvia Gomes Serman, da Vara da Infância e da Juventude do Foro Regional II de Santo Amaro.

Cristina Ribeiro Leite Balbone Costa, juíza da 1ª Vara da Infância e da Juventude Central, diz que os resultados do Apadrinhamento Afetivo vão muito além do esperado. "Jovens afilhados, quando saem dos abrigos, têm mantido os estudos, ingressam em faculdades, trabalham, batalham na vida como qualquer outro jovem."

A lista das unidades que contam com os programas estão disponíveis no portal do Tribunal de Justiça: www.tjsp.jus.br/apadrinhamentoafetivo. ■



ADOÇÃO TARDIA

Amor que não se mede

Há um abismo entre a expectativa das pessoas que pretendem adotar uma criança e o perfil das crianças disponíveis para adoção. Segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção, atualmente existem 39,7 mil interessados, mas apenas 10,5% aceitariam crianças com idades compreendidas entre sete e 17 anos. No mesmo cadastro constam 7.632 crianças, 71,5% delas com sete anos ou mais. Além disso, dados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA) apontam que 88% dos menores abrigados nas 3.973 instituições de acolhimento do País se enquadrariam no contexto de adoção tardia.

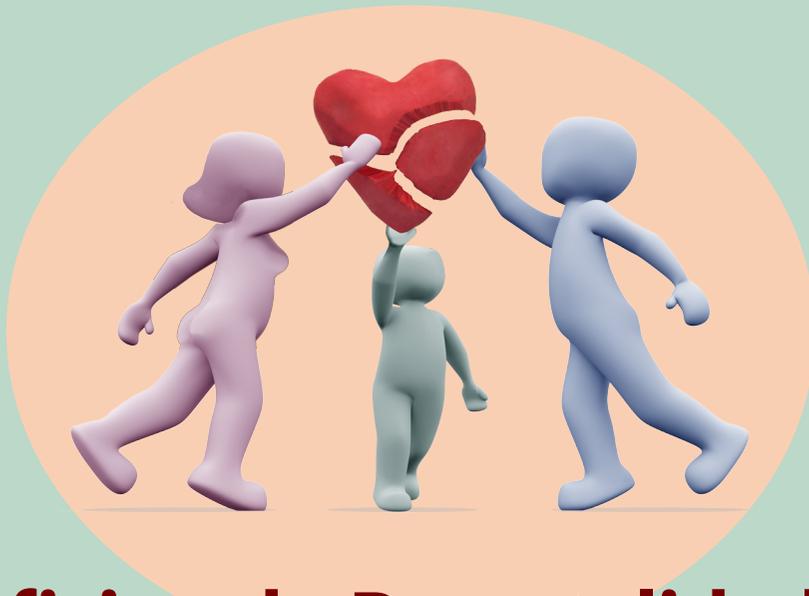
Na tentativa de mudar a realidade dessas crianças, o Tribunal de

Justiça de São Paulo lançou duas campanhas: "Adoção é Amor. Sem limite de idade" e "Adote um Boa Noite".

Na campanha "Adoção é Amor. Sem limite de idade", o foco do TJSP é incentivar a adoção de crianças com mais de sete anos, chamada de **adoção tardia**. Além disso, há o intuito de destacar que, muito mais do que uma relação de afeto e solidariedade, adotar é uma demonstração do amor incondicional de quem deseja se tornar pai e mãe de criança, adolescente ou pessoa maior de 18 anos, independentemente de sua idade, origem e sem distinção com os filhos biológicos. A campanha, lançada no Dia Nacional da Adoção (25 de maio), contou

com a publicação de vídeos, posts e peças publicitárias nas redes sociais do TJSP.

No "Dia das Crianças" deste ano, foi lançado o site "Adote Um Boa Noite" (www.adoteumboanoite.com.br). Trata-se de uma campanha do Tribunal de Justiça de São Paulo, idealizada pela Corregedoria-Geral da Justiça e apoiada pela Coordenadoria da Infância e da Juventude. As crianças retratadas no site estão todas sob a jurisdição da Vara da Infância e da Juventude do Foro Regional de Santo Amaro, na Capital, e os interessados podem fazer contato direto na vara. A homepage é simples e destaca os principais aspectos da adoção: como e onde adotar. Quem não tem condições de realizar uma adoção pode adotar um post em sua rede social. O teor da campanha está bem definido em poucas palavras: "O amor é infinito. Pode dividir que ele não acaba. Adote uma criança". ■



Oficina de Parentalidade

Reconstrução de laços

A Oficina da Parentalidade, também chamada Oficina de Pais e Filhos, iniciou-se em São Paulo, na Comarca de São Vicente, e se expandiu nos últimos anos. Está também no Fórum João Mendes Jr. e nas comarcas de Itanhaém, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, Catanduva, Assis, Ribeirão Preto, Candido Mota, Iacanga, Lins, Monte Mor, Praia Grande, Várzea Paulista e no bairro de São Miguel Paulista, na Capital. Ela foi instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Recomendação nº 50/14 como política pública na resolução e prevenção de conflitos familiares.

A juíza Vanessa Aufiero criou e implantou o projeto piloto em São Vicente, em março de 2013 e, atualmente, coordena a Oficina de Parentalidade em todo o Brasil. Segundo a juíza, "a Oficina da Parentalidade é um programa educacional, preventivo e multidisciplinar, direcionado às famílias que enfrentam conflitos relacionados ao convívio, por conta da inexistência ou da

ruptura do laço conjugal dos pais, com o intuito de estabilizar e pacificar as relações, incentivando os participantes a estabelecerem um ambiente colaborativo e não competitivo, estimulando a reflexão e capacitando-os para reconhecerem responsabilidades e corrigirem erros."

"O conteúdo é transmitido às famílias em um único encontro – dura cerca de quatro horas – pelos instrutores, profissionais previamente capacitados, geralmente mediadores, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, juízes, promotores de Justiça ou advogados. Na oficina dos filhos, são desenvolvidas atividades lúdicas, e na dos pais, são expostas ideias e vídeos que despertem a emoção, reconhecimento e reflexão dos participantes. A reunião estimula a reflexão sobre condutas e fornece estratégias para a obtenção de resultados mais eficientes e saudáveis no exercício da parentalidade," diz Aufiero.

A oficina foi implantada no Fórum João Mendes Jr. em agosto

de 2013. Entre 2014 e o primeiro semestre de 2016, atendeu a 724 pessoas. O juiz Ricardo Pereira Júnior, responsável pela oficina, afirma que ela traz uma nova linguagem quanto à comunicação entre casais e filhos que vivenciam o divórcio. "Possibilita aos pais uma reflexão da forma de agir em relação aos filhos, externando problemas pessoais e de comunicação, para que evitem desvios de condutas, prejudiciais a eles e aos filhos. Além disso, faz-se a distinção entre os casais, que estão em uma situação de alteração da relação

familiar, geradora de conflitos e incertezas, e a relação entre os genitores e os filhos, que não pode ser contaminada por tais conflitos. Com isso, objetiva-se a conscientização acerca da melhora na convivência através de ferramentas de comunicação."

Em São Paulo, a Oficina de Pais e Filhos tem tido o apoio da Escola Paulista da Magistratura (EPM), que, em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça de São Paulo (Nupemec), em junho de 2016 realizou o "Curso de Formação de Instrutores da Oficina de Parentalidade e Divórcio."

No dia 10 de outubro de 2016, Aufiero e Pereira Junior participaram de reportagens no programa "Mais Você", comandado pela apresentadora Ana Maria Braga. A juíza Vanessa também participou ao vivo, respondendo a questões da apresentadora e de telespectadores, cujo foco principal foi o trabalho realizado nas "Oficinas de Pais e Filhos". ■

A comunicação



Há razões para acreditar



Material da campanha

Campanha buscou diálogo mais próximo do cidadão

Com o crescimento das redes sociais e o acesso mais fácil à internet, o vídeo hoje é uma ferramenta indispensável de comunicação. Milhares de vídeos são postados e compartilhados diariamente em diversas plataformas e vêm se tornando uma das formas mais eficazes de divulgar informações, ensinar, comunicar, entreter etc. Pensando nisso, o Tribunal de Justiça de São Paulo, que tem como uma de suas metas primordiais o diálogo mais próximo com a sociedade, lançou, em março de 2017, a campanha **Razões para Acreditar**, composta de cinco vídeos de 30' e peças impressas correlatas que apresentam dados do Judiciário.

A iniciativa buscou levar ao conhecimento do cidadão os serviços oferecidos pela Justiça estadual e prestar informações sobre a maior Corte de Justiça do País. Cada vídeo abordou um tema diferente e utilizou números, dados e animações para informar de forma clara, simples e objetiva.

O material da campanha explicou a função de cada um dos atores do sistema de Justiça: advogados, defensores públicos, promotores, procuradores de Justiça, juízes, desembargadores e servidores; apresentou dados referentes à atuação do Judiciário paulista; abordou o incentivo à utilização dos métodos alternativos de soluções de litígios – mediação e conciliação – para resolução de conflitos; ilustrou os tipos de questões nas quais o cidadão pode acionar a Justiça, como adoção, direito ambiental e violência doméstica; além de apresentar de forma sucinta a missão do TJSP, que tem como objetivo resolver os conflitos sociais e preservar os direitos de todos.

Os vídeos estão disponíveis nas páginas do TJSP (<https://www.youtube.com/user/tjspoficial>) e (www.facebook.com/tjspoficial) e podem ser

acessados de qualquer dispositivo com acesso à internet.

Para o presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, o objetivo é mostrar como o Tribunal é importante na vida das pessoas. “Almejamos o aprimoramento dos serviços e a busca da paz social, e contamos com a colaboração de todos os magistrados e servidores. Há razões para acreditar no nosso Judiciário.”

Nos meses de maio e junho, em visita a alguns veículos de comunicação para entregar os Relatórios de Gestão e de Atividades InfoNupemec 2016, Paulo Dimas também divulgou as campanhas “Razões para Acreditar” e “Adoção Tardia”. O presidente visitou as TVs Cultura, Bandeirantes e SBT, os jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo e a Rádio Jovem Pan. ■

TJSP-TV

a TV corporativa do Tribunal



O Tribunal de Justiça de São Paulo lançou em 14/8/17 a sua TV Corporativa, TJSP-TV, canal de comunicação exclusivo com cidadãos, advogados, magistrados e servidores, com o objetivo de informar os serviços prestados pela instituição, consolidando a identidade e a reputação do TJSP.

A instalação da TV Corporativa está disponibilizada em todas as dez Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs) do Estado. São 100 telas em 51 prédios, oferecendo conteúdo dinâmico e acessível, de segunda a sexta, das 9 às 19 horas.

A TJSP-TV oferece conteúdo institucional e de interesse dos diversos públicos, em linguagem leve, moderna e atrativa, visando a otimizar o potencial de comunicação dos prédios nos quais circulam, diariamente, milhares de pessoas.

A programação prevê a repetição de conteúdo a cada 45 minutos para atingir maior número de



telespectadores, por se tratar de público rotativo. A grade atual é dividida em editoriais: notícias, dicas, serviços, avisos, curiosidades, entre outras.

Entre os conteúdos veiculados na grade da TJSP-TV, destacam-se vídeos, campanhas institucionais, informações administrativas, orientações de interesse da população, alertas de suspensão de expediente e prazos forenses, além de informações sobre trânsito e clima.

A TJSP-TV veicula conteúdos de outros canais institucionais, como site e redes sociais – dentre as quais Facebook e Instagram –, centralizando, de forma acessível, as informações sobre o maior tribunal de Justiça do Brasil.

“Com a TJSP-TV, o Judiciário paulista fortalece sua proximidade com a sociedade, oferecendo de forma célere e dinâmica informações e serviços para a população, pautados pelos valores de transparência e publicidade”, afirma o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti. ■

Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

No dia 31 de dezembro, Vossa Excelência irá encerrar o mandato de dois anos (2016/2017) à frente da Presidência do Tribunal de Justiça. Em sua opinião, qual o principal legado que deixará? Como gostará de ser lembrado pelos seus pares e pela sociedade paulista?

O Tribunal de São Paulo reúne 360 desembargadores, cerca de 2.000 juízes e 43.000 servidores, espalhados por mais de 700 prédios em 319 comarcas. Tem sob sua responsabilidade mais de 20.000.000 de processos e recebe cerca de 20% das novas ações ajuizadas em todo país.

Em momento especialmente grave da economia nacional, administrar uma instituição com estas dimensões ganhou contornos mais desafiadores.

Restrições orçamentárias exigiram redução de custos operacionais, limitando novas contrata-

ções e inviabilizando a adoção do tradicional modelo de ampliação de recursos para fazer frente à contínua expansão da demanda.

O novo panorama impôs desenvolvimento de soluções novas e criativas, concebidas e executadas com a união de esforços de todos os nossos magistrados e servidores.

Os resultados dessa integração foram animadores: adotamos novas práticas de governança e gestão; alcançamos a integração com outros órgãos da Administração, reduzindo o tempo de tramitação dos feitos; valorizamos e capacitamos magistrados e servidores; aprimoramos o sistema e, adequamos as estruturas físicas de inúmeros fóruns.

Estas melhorias foram traduzidas em sensível aumento de produtividade e o Tribunal tem apresentado recordes históricos de produtividade.

A **Gestão Participativa** correu, portanto, na ampliação da eficiência da Justiça Paulista.

Paralelamente às ações e iniciativas voltadas a conferir maior eficiência ao Judiciário paulista, investiu-se no aprimoramento dos instrumentos de **Transparência** de modo a permitir pleno conhecimento pela sociedade civil sobre os mecanismos que orientam seu funcionamento.

O **Portal da Transparência**, abrigado em nosso novo endereço eletrônico, provê aba específica em que estão inseridas todas as informações orçamentárias e contratuais, assim como planejamento estratégico do Tribunal de Justiça e seu desdobramento em projetos e programas.

Buscou-se, ainda, **a aproximação do Judiciário com seus jurisdicionados**, por meio de

campanhas de esclarecimento e envolvimento social.

Neste sentido, a TV Corporativa – TJSP-TV, foi lançada no último mês de agosto. São 110 telas espalhadas por 51 prédios de fóruns com maior circulação de pessoas que para divulgação de informações e serviços disponibilizados à população.

Em síntese, acredito que a gestão pode ser definida pelos pilares que a orientaram: **gestão de pessoas e projetos, transparência e diálogo.**

Tudo o que imaginou realizar à frente da gestão do Tribunal foi alcançado? Como foram os percalços nestes dois anos de mandato?

Temos hoje em São Paulo 2.088 juízes, distribuídos em 319 comarcas na 1ª instância, e mais 443 magistrados na 2ª instância, numa atuação intensa voltada à repressão da criminalidade e da improbidade administrativa, à proteção da infância e da juventude, da família e do consumidor, à defesa da livre iniciativa, do direito autoral, da liberdade de expressão e de outros tantos valores tão





caros à nossa sociedade.

Acrescente-se a essa circunstância a grave crise econômica que atravessa o país e as consequentes restrições orçamentárias, elementos que tornam ainda mais desafiadora a administração da instituição.

Ainda assim, o plano de ação originariamente traçado foi aprimorado e executado ao longo da gestão através de inúmeras ações, programas e projetos divulgados em boletins periódicos encaminhados a magistrados e servidores e pormenorizadamente descritos nos relatórios anuais de gestão.

É evidente que ainda existe muito a ser feito e que magistrados e servidores paulistas sempre estarão dispostos a colaborar na grande causa comum de aprimoramento permanente do serviço que prestamos.

Nosso Judiciário é, afinal, integrado por homens e mulheres de fé, idealistas, que doam seu tempo integral, talento e competência à causa da justiça, permitindo que se mantenha acesa a chama da esperança.

Dentre tantos projetos, lançados na atual gestão, qual é a “menina dos olhos”, aquele de que mais se orgulha?

Ao longo desses dois anos de gestão, muitos foram os projetos e ações desenvolvidos.

Programas de capacitação (**Justiça Bandeirante, Curso de Desenvolvimento de Lideranças**), fomento à produtividade (Judiciário Eficiente), novas formas de organização do trabalho (**Cartórios do Futuro, Projeto 100% Digital, Gravação de Audiências, Inquérito Policial Eletrônico**), permitiram reduzir em 4.000.000 o número de processos em tramitação somente no 1º grau

e julgar um número de processos 15% maior do que os novos feitos que ingressaram em 2017.

Adotaram-se providências para conferir mais **segurança** aos servidores, magistrados e jurisdicionados, equipando nossos prédios com **portais detectores de metais e câmeras de monitoramento**. Em iniciativa pioneira, os **depósitos de armas foram eliminados dos fóruns**.

Inúmeras foram as ações de **valorização do quadro funcional** e as **campanhas** voltadas a informar a **sociedade civil sobre as atividades judiciais**, aproximando Judiciário e jurisdicionado.

Não seria possível, dessa constelação, destacar um projeto ou programa. Apenas com a reunião de todos é possível conseguir um retrato fiel da gestão.

Se acaso lhe fosse pedido dar um único conselho ao próximo presidente do TJSP, qual seria?

Todo aquele que assume transitoriamente função de comando pode prometer apenas muito trabalho, muita disposição para o bom combate. Todos sabem que as conquistas são de difícil maturação. Mas como já disse em outras oportunidades, uma semente é sempre promessa de uma floresta.

Qual papel o Tribunal deverá desempenhar no aperfeiçoamento da prestação de serviços do Judiciário?

Reunindo 1/3 do movimento nacional e 1/6 do número de magistrados do Brasil, o Tribunal de Justiça de São Paulo exerce papel de protagonismo no Judiciário brasileiro.

Inúmeras ações aqui iniciadas terminaram por multiplicadas em outros Tribunais.

É o caso, por exemplo, da



Unidade de Processamento Judicial – UPJ, conhecida como “Cartório do Futuro”, inovação do TJSP para adequar os escritórios judiciais à realidade de trabalho resultante da implantação do processo digital, adotando nova divisão de tarefas e melhor distribuição dos recursos humanos e do espaço físico.

Implantado, originariamente, no Fórum João Mendes Júnior, o projeto expandiu-se para outros foros e comarcas em diversos pontos do estado: 1ª a 6ª Varas Cíveis do Foro Regional do Jabaquara; 1ª a 6ª Varas Especiais da Infância e da Juventude da Capital; 21ª a 25ª Varas Cíveis do Foro Central da Capital; 1ª a 4ª Varas Cíveis da Comarca de Araçatuba; 1ª a 3ª Varas da Família e das Sucessões da Comarca de Bauru; 1ª a 4ª Varas da Família e das Sucessões da Comarca de Campinas; 1ª a 5ª Varas Cíveis da Comarca de Presidente Prudente; 9ª a 12ª Varas Cíveis da Comarca de Santos; 1ª a 4ª Varas Cíveis da Comarca de São José dos Campos; 1ª a 4ª Varas da Família e das Sucessões da Comarca de Sorocaba e a equipe responsável por sua concepção e implantação vem se deslocando pelo Brasil, a convite de outros Tribunais que pretendem replicar essa estrutura.

Na mesma toada, está a pioneira experiência de retirada das armas dos fóruns: em 21 de junho de 2016, foi editado, pelo Conselho Superior da Magistratura, o Provimento nº 2.345, que determinou que as armas vinculadas a processos judiciais não seriam mais encaminhadas aos fóruns após a perícia, mas remetidas imediatamente para destruição ou para equipar as forças de segurança, ressalvados

casos excepcionais de interesse para os feitos respectivos, em que as armas deveriam ser depositadas em espaço especial sob a guarda das nossas polícias. Vedado o ingresso de novas armas, na etapa seguinte, foram removidas todas as 19.327 armas anteriormente depositadas nos fóruns do Estado de São Paulo. Registre-se que o problema ainda persiste em várias Cortes, razão pela qual foi inserido na pauta de debates da última reunião entre a ministra presidente do Conselho Nacional de Justiça e os presidentes dos Tribunais de Justiça.

Inúmeras outras iniciativas se inserem nesse pioneirismo, como as audiências de custódia, TJ móvel etc.

A participação do Poder Judiciário nos rumos políticos do país se tornou uma realidade nos últimos anos. Acredita que esse é um caminho sem volta e que esse espaço institucional ocupado precisa se manter ou é da opinião que a politização é um equívoco que deve ser corrigido?

Tenho dito reiteradas vezes que o Judiciário brasileiro não pode ser conhecido e avaliado apenas pelos processos do Mensalão ou da Operação Lava Jato, uma vez que se ocupa de tantas outras causas de grande impacto político e social, que não ganham divulgação.

Diariamente, nossos magistrados combatem de forma destemida a criminalidade violenta e delitos contra a administração pública; na esfera cível, julgam centenas de ações civis públicas, visando reprimir os desvios de recursos do erário ou a degradação do meio ambiente.

Como Poder da República, ocupar-se de causas dessa

natureza foi e sempre será papel do Judiciário.

Por que o Judiciário, dentre os três Poderes da República, é o mais conservador? Por exemplo: há menos presença de mulheres e negros nas Cortes brasileiras, se comparado aos outros Poderes. Por que isso se dá?

Para alcançar os cargos mais elevados da carreira e exercer suas funções nos Tribunais, são necessários muitos anos de trabalho em primeiro grau. Assim, os magistrados que integram hoje a Corte paulista nela ingressaram nos idos de 80 ou início de 90, período em que era menos expressiva a participação de mulheres e negros em cargos de comando públicos ou privados.

Atualmente, as mulheres são maioria dentre os novos magistrados e o último concurso para ingresso na carreira previu, em seu edital, cotas raciais.

Quais são seus próximos projetos?

Sou magistrado e, ao término de meu mandato na Presidência do TJSP, volto a ocupar minha cadeira de desembargador na 8ª Câmara de Direito Público.

Valeu a pena ser presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo?

Nas palavras de Fernando Pessoa:

*“Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além
do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o
abismo deu,
Mas nele é que
espelhou o céu”.*

Em 6 de dezembro, foram eleitos os novos comandantes do Judiciário paulista para o biênio 2018/2019. Conheça os desembargadores que integrarão a cúpula do Tribunal de Justiça de São Paulo nos próximos dois anos.



PRESIDENTE

Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

Atual corregedor-geral da Justiça de São Paulo e membro do Órgão Especial, Pereira Calças será o presidente do TJSP no biênio 2018-2019. Paulista da cidade de Lins, nascido em 1950, formou-se pela Faculdade de Direito de Bauru, turma de 1972. Tem ainda mestrado (2000) e doutorado (2002) em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tomou posse na Magistratura em 1976 e foi nomeado para a 15ª Circunscrição Judiciária, com sede em São José do Rio Preto. Exerceu a judicatura nas comarcas de Paulo de Faria, Capão Bonito, Tanabi, São José do Rio Preto e na Capital.

Foi promovido para o 2º Tribunal de Alçada Civil em 1995. Assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo em 2005. Foi vice-diretor da Escola Paulista da Magistratura no biênio 2014-2015. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Universidade Nove de Julho e da Instituição Toledo de Ensino de Bauru.



VICE-PRESIDENTE

Desembargador Artur Marques da Silva Filho

Atual integrante da 35ª Câmara de Direito Privado, Artur Marques será o vice-presidente do TJSP no biênio 2018-2019. Paranaense, nascido em 16 de agosto de 1946, na cidade de Sertanópolis, formou-se pela Faculdade de Direito Padre Anchieta de Jundiaí, no ano de 1976. Tem ainda mestrado e especialização em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Foi oficial da Polícia Militar até ingressar na Magistratura, em 1978, como juiz substituto na cidade de Jundiaí. Atuou, também, em Miracatu, Rancharia, Campinas, novamente em Jundiaí e na Capital. Em 1994 foi promovido a juiz do 2º Tribunal de Alçada Civil. Assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo em 2005. Exerceu a Presidência da Seção de Direito Privado, no biênio 2014/2015.



CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA
Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco

Atual integrante da 5ª Câmara de Direito Criminal, Pinheiro Franco será o corregedor-geral da Justiça no biênio 2018-2019. Paulistano, nascido em 17 de dezembro de 1956, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1979.

Foi procurador do Estado até ingressar na Magistratura, em 1981, como juiz substituto em Ourinhos. Atuou, também, em Santos, Santo André, Paraibuna, Vicente de Carvalho e na Capital. Eleito pelo TJSP como juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral em 1994, foi reeleito em 1996. Em 2001 foi promovido a juiz do Tribunal de Alçada Criminal. Assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo em 2005. Exerceu a Presidência da Seção de Direito Criminal, no biênio 2014/2015.



PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL
Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia

Paulistano, nascido em 28 de março de 1959, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1982. Ingressou na Magistratura em 1984, como juiz substituto em Osasco. Atuou em Mirandópolis, Indaiatuba, Diadema e na Capital. Assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo em 2008. Integra a 14ª Câmara de Direito Criminal.



PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Desembargador Gastão Toledo de Campos Mello Filho

Paulistano, nascido em 15 de fevereiro de 1952, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1974. Ingressou na Magistratura em 1978, como juiz substituto em Campinas. Atuou em Cajuru, Caraguatatuba, Osasco e na Capital. Em 1994 foi promovido ao Tribunal de Alçada Criminal e, posteriormente, removido para o 1º Tribunal de Alçada Civil. Em 2005, chegou ao cargo de desembargador do TJSP. Integra a 22ª Câmara de Direito Privado.



PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
Desembargador Getúlio Evaristo dos Santos Neto

Paulistano, nascido em julho de 1950, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1973. Ingressou na Magistratura em 1976 e atuou em Piracicaba, Paraibuna, São Vicente e na Capital. Em 1987, foi eleito juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral e, em 1993, promovido ao Tribunal de Alçada Criminal. Chegou ao cargo de desembargador do TJSP em 2002. Integra a 6ª Câmara de Direito Público e é membro do Órgão Especial.



DIRETOR DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA
Desembargador Francisco Eduardo Loureiro

Paulistano, nascido em 1º de janeiro de 1959, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1982. Ingressou na Magistratura em 1985 e atuou em Santo André, Cândido Mota, Franco da Rocha e na Capital. Assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo em 2011. Integra a 1ª Câmara de Direito Privado e a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial.

**Conselho
Superior da
Magistratura**

**Biênio
2016/2017**



PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI
Presidente



MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS
Corregedor-Geral da Justiça



ADEMIR DE CARVALHO BENEDITO
Vice-Presidente



RENATO DE SALLES ABREU FILHO
Presidente da Seção de Direito Criminal



LUIZ ANTONIO DE GODOY
Presidente da Seção de Direito Privado



RICARDO HENRY MARQUES DIP
Presidente da Seção de Direito Público



JOSÉ CARLOS GONÇALVES XAVIER DE AQUINO
Decano

Corpo Diretivo

Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini
Juiz Substituto em 2º Grau – Antonio Carlos Alves Braga Júnior
Juíza Assessora da Presidência – Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins

Jornalista Responsável

Rosangela Sanches

Corpo Editorial

Rosangela Sanches
Maria Cecília Abatti Souza Cruz
Alexandre de Lima Marcusso
Dicler Rodrigues Antonio

Corpo Técnico

Editor

Dicler Rodrigues Antonio

Reportagem

Daiane Santos Muricy Alves Cruz
Dicler Rodrigues Antonio
Marcelo Alexandre Barbosa
Vania Maria Tomazoni

Fotografia

Antonio Carlos Carreta
Daniel Gaiciner
Klaus Silva Pinto
Marcelo Alexandre Barbosa
Ricardo Braga Lou

Editoração Gráfica

Daiane Santos Muricy Alves Cruz
Dicler Rodrigues Antonio

Revisão

Daiane Santos Muricy Alves Cruz
Rosangela Sanches

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Presidente

Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

Vice-Presidente

Desembargador Ademir de Carvalho Benedito

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

Decano

Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Presidente da Seção de Direito Privado

Desembargador Luiz Antonio de Godoy

Presidente da Seção de Direito Criminal

Desembargador Renato de Salles Abreu Filho

Presidente da Seção de Direito Público

Desembargador Ricardo Henry Marques Dip

Apoio técnico

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Fotos: Capa (internet livre); matérias: Ações pelos direitos da primeira infância (www.pixinio.com), Em prol do servidor (internet livre); Ilustrações (Mario C. Silva, Daniel Gaiciner, Jenifer Yoko Takaki e www.pixabay.com)

Produzida por:

Secretaria da Presidência

Secretária Claudia Regina Busoli Braccio Franco Martins

SPR 6 - Diretoria de Comunicação Social

Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212

Telefones: (11) 3117-2588 – imprensa@tjstj.jus.br